

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

FUKUYAMA E A ALTERNATIVA SOCIALISTA*

Ralph Miliband

Tradução: Marcos Novelli

Visto que o ensaio de Francis Fukuyama retoma alguns dos temas principais do seu livro *The End of History and the Last Man*, creio que seria útil para os propósitos desse simpósio¹ se eu centrasse parte dos meus comentários nesse trabalho². O argumento central de Fukuyama é que não há uma alternativa satisfatória para o que ele chama de democracia liberal (eu prefiro chamá-la democracia capitalista). O principal desafio da democracia capitalista neste século, diz ele, foi o comunismo de tipo soviético, que se revelou estar definitivamente falido. Outras alternativas, de um tipo ou de outro. - o fascismo, as várias formas de autoritarismo de direita, ou a teocracia de tipo iraniano - permanecem possíveis, mas são infinitamente menos satisfatórias que a democracia capitalista e não correspondem, em nenhum dos casos, à marcha da história. O futuro pertence à democracia capitalista, que representa, nas palavras de Fukuyama, "o ponto final da evolução ideológica da humanidade" e a "forma final de governo humano" (p. XI). "Críticos esquerdistas da democracia liberal", sustenta ele também, "estão extraordinariamente carentes de soluções *radicais* para superar as formas mais intratáveis de desigualdade" (p. 293, o grifo é do original).

Em oposição a essa linha de raciocínio, gostaria de demonstrar que realmente existe uma alternativa radical de esquerda à democracia capitalista. Essa alternativa é a democracia socialista, que não guarda nenhuma relação com o comunismo soviético, e que Fukuyama falha completamente por não considerar. Ele afirma que muitos ocidentais esperavam que as populações dos países pós-comunistas usassem suas recém-adquiridas liberdades para "escolher uma alternativa esquerdista

* Reproduzido de "Fukuyama and the Socialist Alternative". *New Left Review*, London, 193: 108-113, May/June, 1992. Agradecemos ao editor a autorização para a publicação deste texto.

1 Esses comentários foram preparados para o simpósio realizado na cidade de Washington, em 3 de abril de 1992, para marcar o cinqüentenário da publicação de *Capitalism, Socialism and Democracy* de Joseph Schumpeter.

2 FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. London e New York, 1992 (tradução brasileira de Aluyde Soares Rodrigues, *O fim da história e o último homem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992). Todas as páginas (do original) referentes a esse trabalho foram assinaladas no texto.

'humanitária' que não seria nem o comunismo nem a democracia capitalista" (p. 34). Isso, ele muito corretamente acrescenta, mostrou-se uma completa ilusão. Muitos socialistas que foram críticos severos do comunismo soviético nutriram esperanças que a União Soviética pudesse eventualmente começar a se aproximar de algo que pudesse ser chamado de sociedade socialista. Mas a natureza ilusória dessas esperanças particulares não nos diz nada sobre a possibilidade de socialismo.

Fukuyama observa também, numa nota de rodapé, que "durante toda a polêmica sobre (meu artigo original "The End of History?" no *The National Interest*) ninguém que conheça sugeriu uma forma de organização social alternativa que acreditasse ser melhor" (p. 347, n. 10). Assim sendo, isso prova a atual decrepitude da esquerda, mas nada mais. Quero levar em consideração essa alternativa, que penso ser uma forma de organização social infinitamente mais desejável e viável que a democracia capitalista. A fim de preparar os fundamentos para a defesa do meu ponto de vista, devo, primeiro, dizer algo sobre a democracia capitalista e porque uma alternativa radical a ela é uma condição essencial para o progresso humano.

Fukuyama reconhece que as "democracias liberais são sem dúvida infestadas por um conjunto de problemas como o desemprego, a poluição, as drogas, o crime e outros" (p. 288); que a "desigualdade econômica criada pelo capitalismo implica *ipso facto* um reconhecimento desigual"; e mais extraordinariamente, que "as principais desigualdades sociais permanecerão mesmo na mais perfeita das sociedades liberais" (p. 292). Esta franca admissão de um defensor tão determinado da democracia capitalista é muito prejudicial para sua causa, dada sua insistência de que somente a democracia liberal satisfaz o desejo por "reconhecimento" que ele coloca no coração do processo histórico. Mesmo assim, sua admissão da inadequação da democracia capitalista não vai muito longe. Há uma crítica muito grande e abundante a ser esboçada contra ela, do qual posso somente propor uns poucos itens aqui.

Um Simulacro de Democracia

Deixe-me iniciar sugerindo que a democracia capitalista é uma contradição em termos, porque ela engloba dois sistemas opostos. De um lado, há o capitalismo, um sistema de organização econômica que demanda a existência de uma classe relativamente pequena de pessoas que possui e controla os principais meios da atividade industrial, comercial e financeira, assim como a maior parte dos meios de comunicação; essas pessoas exercem, assim, um grau de influência totalmente desproporcional na política e na sociedade, tanto em seus próprios países quanto em outros. De outro lado, há a democracia, que é baseada na *negação* desta preponderância e que requer uma severa

igualdade de condições que o capitalismo, como Fukuyama admite, repudia dada sua real natureza. Dominação e exploração são palavras desagradáveis que não figuram no vocabulário de Fukuyama, mas elas estão no núcleo central da democracia capitalista, e são indissoluvelmente ligadas a ela.

Um item hoje em dia muito pouco mencionado é que o capitalismo é um sistema baseado no trabalho assalariado. Trabalho assalariado é o trabalho prestado, em troca de um salário, a um empregador privado que é habilitado, em virtude de possuir ou de controlar os meios de produção, a se apropriar e a dispor de toda a mais-valia produzida pelos trabalhadores. Os empregadores são constrangidos por várias pressões que limitam sua liberdade de negociar com seus trabalhadores conforme sua vontade ou de dispor da mais-valia por eles extraída. Mas isso simplesmente qualifica seu direito de extrair a mais-valia e de dispô-la como lhes convém. Esse direito dificilmente é questionado e é tornado como "natural", assim como, uma vez, o foi o trabalho escravo. Trabalho assalariado não é trabalho escravo, evidentemente, mas é uma relação social que, da perspectiva socialista, é moralmente abominável: nenhuma pessoa deveria trabalhar para o enriquecimento privado de outro. A experiência comunista mostrou amplamente que a propriedade pública dos meios de produção por si só não suprime a exploração. Mas a exploração sob a propriedade pública é uma *deformação*, pois esse sistema não se apoia nem requer exploração; sob condições de controle democrático, um sistema baseado na propriedade pública prepara de antemão as bases para a associação livre e cooperativa dos produtores. Por contraste, a exploração é o único propósito da atividade econômica sob a propriedade privada, e não faz sentido se não resultar no enriquecimento privado (qualquer que seja o outro propósito que ela possa servir) dos proprietários e dos controladores dos meios daquela atividade.

Não há dúvida que a dominação e a exploração são limitadas nos regimes democráticos capitalistas, pelo menos nos países capitalistas avançados. Mas isso tem sido o resultado da pressão ampla e inflexível dos de baixo para aumentar os direitos políticos, civis e sociais, apesar dos esforços dos de cima para limitar e corroer esses direitos.

Pelo fato de ser baseada numa profunda e insuperável divisão de classe, a democracia capitalista é compelida a conter os limites da democracia para que ela não possa desafiar seriamente o poder, a propriedade, os privilégios e a posição das pessoas do topo da pirâmide social - mais especificamente, os detentores do poder corporativo, de um lado, e do poder de Estado, de outro, ligados como estão numa parceria difícil, mas muito real. É, deste modo, perfeitamente compatível para um ardente admirador da democracia capitalista, como Fukuyama, escolher o que ele chama uma "definição estritamente formal de democracia", e continuar a dizer que "um país é democrático se ele garante à sua população o direito de escolher o próprio governo através de eleições periódicas, secretas, multipartidárias, baseadas no sufrágio adulto, universal e igual" (p. 43). Mas ele imediatamente acrescenta que "é verdade que a democracia formal por si só nem sempre garante

participação e direitos iguais. Os procedimentos democráticos podem ser manipulados pelas élites, e nem sempre refletem rigorosamente o desejo ou os verdadeiros interesses do povo" (p. 43).

O fato é que nos regimes democráticos capitalistas os "procedimentos democráticos" são manipulados pelas élites e pelos meios de comunicação que elas controlam, e estes servem para despejar uma torrente de obscurecimentos, meias-verdades e mentiras manifestas. Os procedimentos democráticos nesses regimes são um simulacro de democracia, completamente viciados pelo contexto no qual funcionam. Recentemente encontrei uma referência às eleições na América colonial na qual o autor assinala que a participação na política através de eleições era, naquele tempo, "uma válvula de segurança, um interlúdio em que o humilde podia sentir o poder que, de outro modo, lhe era negado, um poder que era somente em parte ilusório. Era também um ritual legitimador, um rito pelo qual as massas renovavam seu consentimento a uma estrutura oligárquica de poder"³. Isso descreve perfeitamente o mesmo processo duzentos anos depois. Casualmente, é muito parecido com o tipo de processo que Schumpeter, que não era muito democrata, pensava quando falava de democracia. O que ele entendia por democracia era um "arranjo institucional para se alcançar as decisões políticas nas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo"⁴. Essa é obviamente uma definição muito limitada de democracia, por se concentrar em "equipes" competitivas de líderes e por confinar a participação popular principalmente no ato de votar. A democracia capitalista é, de fato, uma regra oligárquica, suavizada por formas democráticas.

Isso não implica de forma alguma em rejeitar a importância dos procedimentos democráticos mesmo sob condições capitalistas; mas sim mostrar, mais propriamente, que esses procedimentos, sob essas condições, são também meios de *conter a pressão dos de baixo*. Essa contenção é parte essencial da política de classe dos de cima, e realmente sua parte mais importante.

Como observei anteriormente, os procedimentos democráticos, mesmo sob condições capitalistas, efetivamente tornam as reformas possíveis. Mas a grande questão, ainda não respondida, é se esses procedimentos possibilitam uma mudança radical no sistema existente de poder e de privilégio. Nós sabemos que muitas tentativas louváveis, em várias partes do mundo, foram abortadas por forças conservadoras que descobriram que os procedimentos democráticos tornaram-se muito perigosos para que a sua continuidade fosse permitida. Essas forças conservadoras em todo lugar do mundo foram amplamente ajudadas e encorajadas tanto pelos líderes liberais como pelos conservadores dos Estados Unidos: recordo-me da queda de Mohammad Mossadegh no Irã em 1953; de Arbenz na Guatemala em 1954, de João Goulart no Brasil em 1964, de Juan Bosch na República

3. MORGAN, Edmund. *Inventing the People: The Rise of Popular Sovereignty in England and America*. London and New York, 1988, p. 206.

4. SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3rd ed., New York, 1950, p. 269 (tradução brasileira de Sérgio Góes de Paula, *Capitalismo, socialismo e democracia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1984. Todas páginas subsequentes referentes a esse trabalho aparecem no texto).

Dominicana em 1965, de George Papandreu na Grécia em 1967, de Salvador Allende no Chile em 1973, e assim por diante - todos eles reformadores democráticos constitucionais. Essa é a política de classe dos de cima conduzida num contexto internacional, e isso permanece um aspecto crucial da assim chamada Nova Ordem Mundial.

Os apologistas do capitalismo apontam para seu extraordinário sucesso produtivo e observam que mesmo Marx e Engels prestaram um tributo eloquente a ele em *O Manifesto Comunista* quando estava na sua infância. Mas um item crucial na crítica da ordem social capitalista é precisamente que ela é incapaz de fazer o melhor uso dos imensos recursos que o próprio capitalismo criou. Não obstante esses imensos recursos, as sociedades capitalistas são marcadas pela pobreza pavorosa e pelo desemprego, serviços públicos precários, insegurança, ignorância e alienação o que proporciona um solo fértil para políticas geralmente racistas, xenófobas e reacionárias. Em outras palavras, o capitalismo produz uma ordem social na qual a democracia, mesmo em sua versão capitalista rústica, se encontra sob permanente ameaça de erosão.

Agora, quero contemplar a alternativa ao capitalismo que a democracia socialista oferece. A princípio, deve ser enfatizado que a democracia socialista não tem relação com o "modelo", ou melhor o antímodelo, representado pelo comunismo soviético. A democracia socialista não envolve nem o planejamento central totalmente abrangente e imperativo, nem uma economia comandada sob o domínio do Estado burocrático, nem o monopólio do poder pelos líderes de um único partido, nem o controle total da sociedade pelo partido e pelo Estado, nem o culto da personalidade. Tudo isso não tem relação com o socialismo, nem diz respeito ao marxismo de Marx.

Socialismo também não corresponde à definição de Schumpeter existente em *Capitalism, Socialism and Democracy*. "Por sociedade socialista", ele escreveu, "designaremos um padrão institucional em que o controle sobre os meios de produção e sobre a própria produção cabe a uma autoridade central - ou, também podemos dizer, em que, como questão de princípio, os assuntos econômicos da sociedade pertencem à esfera pública e não à privada" (p. 167). Definindo o que ele chamou de "socialismo centralista" nesta limitada maneira "economicista", Schumpeter está apto a fazer a reivindicação espúria de que "a sociedade pode ser completa e totalmente socialista e ainda ser guiada por um líder absoluto ou ser organizada na mais democrática de todas as maneiras possíveis, pode ser aristocrática ou proletária... (e assim por diante)". (p. 170).

Essa concepção de socialismo opõe-se ao que foi pretendido por todas as correntes do pensamento socialista. Apesar das profundas divergências entre as diferentes escolas, sempre houve uma unanimidade na idéia de que a democracia é uma parte intrínseca do socialismo. De fato, os socialistas têm constantemente argumentado não só que o socialismo sem democracia é uma grosseira perversão, mas também que a democracia é mutilada e incompleta sem socialismo.

O que, então, significa a democracia socialista? Significa uma "economia mista", mas uma

economia em que as esferas relativas aos setores público e privado do capitalismo seriam invertidas. Numa democracia socialista, os meios principais da atividade econômica estariam sob uma ou outra forma de propriedade pública, social ou cooperativa, com o maior grau possível de participação e controle democrático. Esta não é uma noção em moda hoje, mas essa extensão radical da esfera pública permanece uma condição *sine qua non* para o que é, apesar de tudo, o objetivo principal do socialismo - isto é, a dissolução do sistema de poder existente e profundamente desigual. O mercado obviamente teria um importante lugar na economia socialista mista, mas ele seria acompanhado por uma determinada quantidade de planejamento. O Estado capitalista já utiliza algum planejamento econômico; um Estado socialista utilizaria muito mais, mas sem pretender algo como o controle total de cada aspecto da economia.

O perigo que isso tudo venha, na prática, significar não mais que a transferência do poder para um Estado burocrático é óbvio; isso representa um dos principais pontos de tensão no empreendimento socialista. No seu ensaio, Francisco Weffort⁵ menciona que "a sociedade democrática moderna não é a sociedade do 'Estado mínimo', mas, pelo contrário, pressupõe um Estado forte". Essa deveria ser a realidade do Estado numa democracia socialista, mas também concorda com a observação de Weffort que a sociedade democrática é uma sociedade na qual "a sociedade civil e a democracia são fortes suficientes para controlar o Estado". Não tenho dúvida, contudo, que há um ponto genuíno de tensão aqui.

A democracia socialista reuniria muitos aspectos da democracia liberal, incluindo o Estado de Direito⁶, a separação dos poderes, as liberdades civis, o pluralismo político e uma vigorosa sociedade civil, mas lhes daria um sentido muito mais efetivo. Buscaria a democratização do Estado e da sociedade em todos os níveis. Em resumo, daria ao conceito de cidadania um significado maior e mais verdadeiro que ele jamais teria tido numa sociedade dividida em classes. A democracia socialista constituir-se-ia numa *extensão* da democracia capitalista, e ao mesmo tempo, numa *ruptura* com ela.

Nada disso poderia ser alcançado num golpe. A realização da democracia socialista é um processo que se estenderia por muitas décadas e poderia mesmo nunca ter fim.

Ao contrário da visão de Fukuyama em relação à democracia liberal, não vejo a democracia socialista como "o fim da história". Ela abrigará muitas contradições e envolverá lutas constantes contra todos os obstáculos que surgem no caminho até mesmo da maior democracia.

A democracia socialista parece-me oferecer um objetivo incomparavelmente mais desejável que a democracia capitalista. Diria, ainda, que não há nada remotamente "utópico" nela. Não pode haver ilusão sobre as dificuldades que surgem no caminho da realização da democracia socialista, mas não há nenhuma boa razão para pensar que essas dificuldades não possam ser superadas.

5 N.T.: WEFFORT, Francisco. "Democracia e Socialismo". In: *Qual democracia?* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

6 N.T.: *rule of law*, no original.

Evidentemente, as perspectivas para o seu avanço, deixando de lado sua realização, não parecem muito boas nesse momento. Não há, no presente, nenhum grande eleitorado, em nenhum lugar, para o tipo de mudanças que a democracia socialista implica; na medida em que necessita confiar no apoio majoritário, ela tem um grande caminho para seguir. Deveria ser lembrado, contudo, que maiorias populares para mudanças radicais têm sido encontradas muitas vezes nas democracias liberais, mesmo quando a maioria dos eleitores não é socialista. Enquanto o capitalismo, com todas suas imperfeições inerentes, perdurar, a alternativa socialista permanecerá viva; realmente, ela ganhará cada vez mais terreno na medida em que o capitalismo mostrar a sua própria incapacidade de resolver os maiores problemas com que se defronta a humanidade. Por essa razão, o colapso do comunismo, longe de desferir um golpe fatal à alternativa socialista, será crescentemente visto como sendo completamente irrelevante para suas perspectivas.

* * *

